

O ENSINO DE HUMANIDADES NA ESCOLAS

BODART, Cristiano das Neves (Org.). **O ensino de Humanidades nas escolas**, 1º ed., Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019.

Maciana de Freitas e Souza*

Patrícia Lorena Raposa**

O livro “O ensino de Humanidades nas escolas”, organizado pelo professor Cristiano Bodart, publicado pela editora Café com sociologia traz reflexões a respeito da prática docente na condução de disciplinas como Geografia, História, Filosofia e Sociologia e os desafios na educação brasileira com o avanço do conservadorismo na esfera pública.

O primeiro capítulo, intitulado “Sociologia escolar como objeto de pesquisa: condicionante ao avanço qualitativo da docência” escrito pelo professor Cristiano Bodart, apresenta uma análise histórica sobre o surgimento das ciências sociais no âmbito acadêmico e a introdução da sociologia no currículo escolar. Ademais, ressalta também a expansão da produção acadêmica nessa área de conhecimento no contexto brasileiro. Segundo Bodart (2019, p.16):

Recentemente, algumas pesquisas buscaram mapear a produção acadêmica em torno da Sociologia escolar. Os estudos existentes indicam que o interesse de pesquisadores pela Sociologia escolar é recente, aparecendo após as tentativas de reintrodução no currículo nacional em 2001 e, principalmente, em 2008, quando se observa uma significativa expansão.

Para Bordart, a expansão da bibliografia especializada nos programas de pós graduação diante do contexto social e político do país, se constitui como uma prática de resistência e permite uma educação mais aprimorada para a compreensão dos processos sociais, visto a relação teoria/prática. Dessa forma, os referenciais teóricos produzidos tornam-se importantes para o aprimoramento profissional, com vistas a uma educação crítica que possa promover mudanças. Por isso assinala:

* Bacharela em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pós graduada em saúde pública com ênfase em saúde da família pela Faculdade vale do Jaguaribe.

** Licenciada em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestranda em Ensino pela mesma Instituição.

O avanço das pesquisas em torno da Sociologia escolar é fundamental para que o professor seja também um pesquisador de sua própria prática, possibilitando-o reavaliar sua atuação pedagógica, tornando-a racionalizada, rompendo com a equivocada ideia de que para ser um bom professor basta ter conhecimento das Ciências Sociais, ser criativo e espontâneo em sala de aula. A diferença entre um especialista, cientista social, e um professor está na posse de conhecimento didático-pedagógico. (BODART, 2019, p.29)

O segundo capítulo “o conhecimento sociológico como subsídio à escrita da redação do Enem” escrito pelos professores Radamés de Mesquita Rogério e Luan Machado de Oliveira apresenta um debate sobre a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e sua importância enquanto acesso a instituições de ensino superior (IES). Nessa linha, os autores mencionam a questão da transdisciplinaridade na escrita da redação e a relevância da sociologia para um bom desempenho quanto à produção textual.

Rogério e Oliveira, referindo-se aos temas apontam questões relativas a vida social, e a importância de que os textos sejam pautados em conceitos sociológicos para uma melhor argumentação. Nesse processo, analisam as propostas de redação do Enem 2016, 2017 e 2018, em face disso, ressaltam que a competência linguística é fundamental, bem como o conhecimento crítico para que os alunos possam ter uma boa avaliação.

O ENEM traz, como novidade em relação ao tradicional vestibular, uma perspectiva mais interpretativa e transdisciplinar do conhecimento. Em seu bojo, a redação tem exigido do candidato demonstração da capacidade reflexiva crítica da realidade sociocultural, histórico, política e econômica, acionando para isso diversas referências (BODART, 2019, p.45).

Diante desse cenário, é importante que os professores possam manter-se atualizados, na perspectiva de promover conteúdos e abordagens cada vez mais conectados com a realidade social, contribuindo para a defesa dos direitos sociais e um melhor desempenho do alunado na leitura e interpretação dos fenômenos.

O terceiro capítulo, “Qual a função da Filosofia no Ensino Médio? Pensando as Bases e os Princípios do Ensino de Filosofia” escrito por Tomás Farcic Menk, procura discutir a importância dessa disciplina para a formação dos alunos e a contribuição de uma proposta pedagógica que possa oportunizar a produção de conhecimento.

Um dos pontos principais é que o ensino de filosofia se constitui como essencial para a construção de novos sentidos e interpretações acerca da realidade, nesse processo é importante que os professores possam atuar de forma didática, que permita aproximar o alunado dos

conteúdos e diálogos realizados. Por isso assinala, “(...) a aproximação do escopo filosófico à realidade do aluno deve ser uma tarefa do professor, mas uma tarefa possível, que possibilitará o aluno a refletir acerca de valores que permeiam toda a sua vida social” (BODART, 2019, p.61).

O quarto capítulo, intitulado “A BNCC e o Ensino de História para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, escrito por Andréa Giordanna Araujo da Silva, apresenta uma análise crítica acerca da Base Nacional Comum Curricular e os desafios ao exercício profissional. Para a autora, essa abordagem proporciona uma dinâmica de menor qualidade na Educação Básica, tendo por objetivo atender a lógica capitalista. Por isso assinala:

O documento reapresenta a perspectiva de formação polivalente, ou seja, de instrumentalização para a atuação multifuncional e adaptada ao mercado, como função do currículo escolar, logo promove o esvaziamento dos conteúdos e práticas das disciplinas e busca a unificação técnica e cultural na execução do currículo da Educação Básica (BODART, 2019, p.72) .

A partir desse entendimento, fica nítido que a Base Nacional Comum Curricular inscreve-se no contexto de correlação de forças, nesse sentido é importante que os professores possam realizar uma leitura crítica do real, com vistas a contribuir para melhorias no ensino. Para a autora, estas medidas trazem para o ensino de história mudanças significativas que podem interferir no êxito dos estudantes.

A estrutura do documental oficial possibilita afirmar que o objetivo geral da política educacional é definir o lugar do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental como simples executor do programa proposto. Ainda, o esvaziamento dos saberes e das práticas próprias do campo da História favorece a exclusão cultural do estudante no interior da escola, que não se apropria dos conteúdos de caráter científico (BODART, 2019, p.78).

O quinto capítulo, de autoria de Alexsandra dos Santos, Roseane Maria de Amorim e Anderson de Alencar Menezes, intitulado “Os povos indígenas nos livros didáticos de história”, apresenta uma análise sobre a origem do ensino de história no Brasil e como os povos indígenas são representados nos livros didáticos para o Ensino Fundamental. Os autores destacam que a partir da Constituição Federal de 1988, as questões étnico-raciais ganham espaço na dinâmica social, algumas mudanças emergem nos materiais didáticos, com vistas ao debate multicultural, mas há muito o que avançar na prática. Nesse caminhar, enfatizam a importância de que os professores estejam em consonância com as lutas sociais e possam contribuir em sala de aula para romper com a lógica colonialista.

Nesta perspectiva, é importante frisar que os professores tem um papel fundamental para a construção das imagens, discussões e visões que estão contidas nesse material didático. Dessa forma, a transformação precisa começar nas universidades, pela formação de professores que posteriormente contribuirão para a criação de novos livros didáticos. Diante disso, ressaltamos a importância que seja abordado nos cursos de formação desses profissionais (futuros professores) as discussões étnico-raciais, e que estas não se limitem apenas aos cursos de Pedagogia e História, mas que se estenda a todas as licenciaturas. (BODART, 2019, p. 92)

O sexto capítulo, intitulado “Criança e metrópole: diálogos (im)possíveis”, de autoria de Mariana Guedes Raggi e Edna Telma Fonseca e Silva Vilar, analisa a formação das cidades e do espaço urbano com base nos conceitos trabalhados por Lefebvre e como este processo atua no modo de vida e desenvolvimento das crianças.

As contribuições de Raggi e Vilar sinalizam que as mudanças decorrentes do avanço do capital no espaço urbano têm promovido restrições à vida das crianças e contribuído para uma menor presença nos espaços citadinos. Desse modo, destacam que “(...). Escolinhas de natação, de futebol, de vôlei, de ballet, de alpinismo, de arvoredo, etc. surgem como alternativa a infância perdida” (BODART, 2019, p.100).

Com base nessa realidade, ao longo do texto as autoras pontuam a necessidade de que o espaço escolar contribua para a inclusão e maior participação das crianças nos espaços citadinos, para construir um outro tipo de sociabilidade, que seja pautada no diálogo e no acesso a cidadania. Dessa maneira, enfatizam que ações em prol de políticas urbanas e educacionais sejam vistas para fomentar uma “cidade educadora”.

Para que a escola assuma o papel de instrumento de cidadania é fundamental que ela se invista de uma lógica multidisciplinar capaz de adentrar e romper os fragmentos impostos pela e na metrópole. Promover a partir de propostas de intervenção pedagógica novas possibilidades de usos e apropriações dos espaços urbanos pelas crianças (BODART, 2019, p.105).

Diante das análises apresentadas, consideramos que o livro “O ensino de Humanidades nas escolas” se constitui como uma referência necessária para compreender o contexto atual no campo da educação e pelo debate acerca da atividade pedagógica numa perspectiva democrática e inclusiva. Portanto, trata-se de um trabalho que deve ser lido por professores e demais profissionais que atuam no campo educacional para a construção de práticas que se posicionem de forma crítica frente ao avanço neoliberal.